

TURISMO E SUAS INTERAÇÕES NAS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL: Do Turismo Rural de Lages ao Turismo Comunitário do Rio Sagrado

Prof. Ms. Christian Henríquez¹

Profa. Ms. Talita Cristina Zechner²

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio³

Prof. Ms. Valdinho Pellin⁴

RESUMO

As discussões relacionadas à apropriação da natureza e as notórias transformações do espaço rural têm tomado força nos últimos tempos. Usualmente, tais reflexões encontram-se imbricadas na temática do desenvolvimento sustentável, contudo ainda não existe consenso. A questão de apropriação do território estendeu-se e passa a ser considerada também pelos teóricos e planejadores do fenômeno turístico. Este estudo analisa o fenômeno turístico e suas intervenções no processo de transformação do espaço rural. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica, um estudo exploratório de uma experiência de turismo no espaço rural e extratos de uma pesquisa-ação participante em curso sobre o turismo comunitário e solidário. Concluiu-se que com aparição e fortalecimento do turismo comunitário e solidário e de outras modalidades turísticas mais próximas da natureza e, por sua vez, distantes de perspectivas modernistas, o diálogo entre turismo, natureza e agricultura estão caminhando juntos na mesma direção, isto é, privilegiando métodos não convencionais e não mecanicistas dos processos produtivos, resgatando a unidade familiar como unidade microeconômica em transição.

Palavras Chaves: Natureza; Economia, Espaço rural; Desenvolvimento sustentável; Turismo.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Professor da Universidade Austral do Chile (UACH), Pesquisador do Instituto LaGOE (Laboratório de Gestão de Organizações que promove o Ecodesenvolvimento), E-mail: christianhen@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB), Pesquisadora do Instituto LaGOE, E-mail: talita.zechner@gmail.com

³ Pós-Doutor em Ecosocioeconomia, Professor da Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor Litoral; Associado Fundador do Instituto LaGOE; Pesquisador CNPq, E-mail: sampaio@furb.br

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB) e Professor do Departamento de Economia da FURB; Pesquisador do Instituto LaGOE; E-mail: prof.pellin@tpa.com.br

1. Introdução

As discussões relacionadas à apropriação da natureza e as significativas transformações do espaço rural têm ganhado espaço nos últimos tempos. Neste sentido, o presente artigo visa mostrar como tais interfaces vêm sendo construídas. Muitas vezes, tais reflexões encontram-se imbricadas na temática do que se convencionou a chamar de desenvolvimento sustentável, contudo ainda não existe consenso. A questão de apropriação do território estendeu-se e passa a ser considerada também pelos teóricos e planejadores do fenômeno turístico. Este estudo analisa o fenômeno turístico e suas intervenções no processo de transformação do espaço rural.

Para tanto, inicialmente se esclarece os critérios usualmente adotados para distinguir espaço urbano e rural. Depois, relata uma breve trajetória da atividade turística no espaço rural, buscando enfatizar quais modalidades turísticas que vêm sendo utilizadas em tais espaços. Adiante, se descreve uma experiência amplamente conhecida de agroturismo, a de Lages, para evidenciar alguns pontos que permitam checar se tais iniciativas podem ser consideradas sustentáveis. Em seguida, se disserta como o turismo comunitário está relacionado com o espaço rural. Para analisar as interações entre o fenômeno turístico e o espaço rural, traça-se um recorte que trata da relação entre turismo e as práticas de agricultura presentes em determinado espaço.

2. Metodologia

Este trabalho vale-se de uma pesquisa bibliográfica, de um estudo exploratório de uma experiência de turismo em espaço rural no município de Lages (SC), considerado como um precursor nesta área. Além disso, vale-se de extratos de uma pesquisa-ação participante em curso no Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, composta pelas comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, zona rural do Município de Morretes (PR), em parte compreendendo a Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba, Reserva da Biosfera (ReBIO) de Floresta Atlântida, sendo uma das áreas mais conservadas no cenário nacional.

O artigo inicia-se com uma revisão de literatura que aborda temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, turismo no espaço rural, turismo rural, turismo comunitário, modernização da agricultura e uso de agrotóxicos, agroecologia e agricultura orgânica. Após este levantamento iniciou-se a identificação de duas experiências que permitissem colocar em discussão as relações que existem entre agricultura moderna e agroturismo. Neste contexto,

identificou-se a experiência do município de Lages (SC) e por outro lado, com o intuito de mostrar a relação entre turismo e outras modos de agricultura não convencional, optou-se pela experiência em curso no Suodeste da Microbacia de Rio Sagrado, zona rural de Morretes (PR).

3. Notas sobre a trajetória do turismo no espaço rural

Os critérios adotados para distinguir o espaço rural e o espaço urbano podem variar de acordo com país, região ou localidade em questão. Tradicionalmente, a separação entre zonas rurais e urbanas leva em conta as atividades produtivas e suas respectivas funções que as caracterizam, e nesse sentido as cidades abrangem funções como: indústrias, serviços, residências, centro político-administrativo, centro financeiro entre outros. Por outro lado, as áreas rurais abrangem atividades de produção primária, como agricultura e pecuária. Mesmo nesta concepção, os limites entre o rural e urbano não são absolutos, admitindo, por exemplo, a presença de zonas intermediárias, conforme trata Tulik (2003).

Esta abordagem tradicional que apresenta como argumento central o mundo rural em oposição ao urbano tem se mostrado insuficiente para lidar com a dinamicidade das transformações territoriais contemporâneas. Isto é, a problemática urbano-rural começa a perder centralidade devido a diversificação das relações de troca entre os espaços (territórios) onde os fluxos socioeconômicos realmente acontecem, relegando os limites geográficos (CAMPOROLA e SILVA, 2000).

No intuito de buscar outros critérios que fossem capazes de servir de arcabouço para esta classificação rural e urbano, Tulik (2003) aponta outros dois princípios que poderiam servir para efetuar esta distinção além da abordagem tradicional que toma em conta as principais funções produtivas do espaço.

Assim, a segunda possibilidade utiliza o tamanho e as características demográficas como critério norteador. Este critério é adotado nos Estados Unidos, por exemplo, no qual se enfatiza a dimensão populacional e onde aglomerados, com mais de dez mil habitantes, são considerados urbanos. Na Índia e no Japão, é a repartição da População Economicamente Ativa (PEA) que define o que é rural ou urbano (TULIK, 2003). Nesta sistemática, é o poder de consumo que baliza a diferenciação. A densidade demográfica é outro indicador bastante utilizado. Observa-se de acordo com o exposto, que a divisão entre rural e urbano, passa cada vez mais a se distanciar do tipo de atividade desenvolvido no local.

A terceira possibilidade centra-se na delimitação do perímetro urbano, isto é, trata-se de uma base político-administrativa na qual a diferenciação é definida pelo poder-público (TULIK, 2003). Este é o princípio adotado no Brasil. É pertinente destacar que na realidade brasileira, a preocupação com a delimitação do perímetro urbano está diretamente correlacionada à cobrança de impostos, destacando-se: o Imposto Predial e Territorial (IPTU) cobrado pela prefeitura e o Imposto Territorial Rural (ITR) arrecadado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como conseqüências desta política, resultaram alguns equívocos oriundos da ânsia de aumentar a arrecadação tributária, de forma que em alguns casos, o perímetro urbano foi dilatado para que houvesse uma maior arrecadação municipal, ainda que tais espaços apresentem marcadamente traços agrícolas.

Ainda se não bastasse, Eli da Veiga (1992) denuncia a metodologia do IBGE como ultrapassada, quando se considera a sede do município rural como sendo urbano, o que distorce a paridade entre rural e urbano.

O que se verifica atualmente na realidade, é uma nova configuração dos espaços, na qual espaço rural deixa de ser sinônimo de espaço agrícola. Veiga (2000) expõe que a possibilidade de desenvolvimento de qualquer comunidade rural depende muito dos laços que ela possui com os centros urbanos. Ou seja, o espaço rural e o urbano, não devem ser tidos como contrários, uma vez que, apenas para ilustrar, com o advento das tecnologias da informação, a imagem do homem rural que precisa se deslocar para os centros urbanos para ter acesso a uma série de serviços financeiros, por exemplo, passa a ser questionado na medida em que o sujeito passa a realizar uma série de transações pela internet. Este exemplo objetiva apenas despertar no leitor uma reflexão da complexidade da situação vivenciada no âmbito de classificação dos espaços e evitar que se mantenha a imagem romântica do homem rural. Aliás, a muito já se vem discutindo acerca da figura do camponês, do agricultor familiar e de outros termos usualmente aplicados para se referir ao homem que vive no meio rural. Embora este seja um campo de ferrenhas discussões, há um consenso de que o indivíduo que habita o campo não está totalmente desassociado das dinâmicas urbanas.

Especificamente, no âmbito do turismo existem profundas distorções e ausência de consonância no emprego do predicado *rural* ao relacioná-lo ao turismo. Entende-se que estas debilidades encontradas na denominação do fenômeno turístico são reflexos da ausência de clareza quanto aos critérios de diferenciação entre rural e urbano. Neste estudo, será defendida a perspectiva que separa Turismo Rural e Turismo no Espaço Rural.

A denominação Turismo Rural está relacionada à motivação da viagem. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) é o motivo do deslocamento que caracteriza a tipologia turística. Assim, o turismo rural é definido como aquele no qual o motivo principal da viagem é conhecer as atividades do mundo rural. Almeida e Riedl (2000) apontam algumas generalizações quanto à atividade turística rural, a saber:

- a) o turismo no espaço rural precisa manter a sua originalidade, sem querer imitar o turismo oferecido nos centros urbanos;
- b) os clientes do turismo rural procuram no campo uma interação mais intensa e direta com a natureza, a qual precisa ser preservada;
- c) a originalidade e a simplicidade da vida rural são características próprias deste turismo, devendo ser minimizadas as artificializações das propriedades rurais;
- d) o turismo rural para ser exitoso deve envolver a comunidade regional em todas as fases;
- e) os responsáveis pela condução do empreendimento turístico precisam ser conhecedores da história, da cultura, das tradições e das atrações naturais e;
- f) a exploração do turismo rural deve ter o caráter de complementaridade, isto é, a atividade principal da propriedade não deve ser abandonada.

Nesta abordagem, verifica-se que o critério diferenciador baseia-se nos elementos que compõem a oferta, e conforme Silva, Vilarinho e Dale (apud Cals, Capellà e Vaqué, 2000) a atividade recebe esta denominação quando a cultura rural é um elemento importante e aplicando denominações específicas, como agroturismo e turismo verde.

Outra possibilidade que é utilizada neste estudo consiste em adotar o espaço em que se desenvolve o fenômeno turístico como base para caracterizá-lo. Silva, Vilarinho e Dale (apud Cals, Capellà e Vaqué, 2000) coadunam com este critério e explicam que diversas atividades que se apresentam como produtos turísticos do meio rural tratam-se simplesmente de práticas de ócio dos cidadãos desenvolvidas em espaços abertos, fora do perímetro urbano de maneira que o meio rural serve apenas de base física, um suporte relativamente neutro de consumos turísticos que poderiam se desenvolver em outros âmbitos. Neste sentido, é pertinente deixar claro a diferenciação entre práticas de turismo que encontram na ruralidade com o atrativo principal da viagem, como o é o caso do agroturismo, e entre tipologias de turismo que se desenvolvem simplesmente no espaço rural, como poderia ser o caso de um resort que realiza eventos, na qual o rural é um mero atrativo paisagístico.

4. Turismo rural (agroturismo) e agricultura moderna

Interpretações dualistas que operam com categorias opositivas (rural/urbano; cidade/campo; tradicional/moderno) têm se mostrado esgotadas, e apontam à necessidade de se realizar uma nova leitura dos processos sociais agrários. Dentre esses aspectos, pode-se citar o fato de que o rural vem se tornando cada vez menos agrícola (FROEHLICH, 2000), inclusive surge a denominação pluriatividade que se baseia em múltiplas formas de trabalho realizado por populações tradicionalmente rurais, sobretudo de origem da agricultura familiar, e que não sejam agrícolas. Neste caso, a pluriatividade acaba se transformando em uma estratégia para viabilizar modos de vida rurais (RADWANSKI, 2008).

É neste contexto que a atividade turística se insere no espaço rural, como uma alternativa de trabalho e renda situada no setor de serviços, ou seja, uma atividade inicialmente considerada urbana. Assim, o turismo é uma das atividades que reflete a realidade na qual o rural não é mais exclusivamente agrícola. Sirgado (2001) analisa que a revalorização turística da ruralidade e do ambiente decorre do divórcio forçado entre homem e natureza envolvente, entre a agitação e a tranquilidade, entre o urbano e rural, entre as massas e o indivíduo.

Observa-se, assim, que a ênfase na ruralidade toma força na medida em que os modos de vida urbanos passam a refletir debilidades. Froehlich (2000) reforça que as apelações de reencontro com a natureza, o apelo à qualidade de vida e ao respeito ao meio ambiente, presente no discurso de resignificação do rural, tem evidenciado a crise da idéia de progresso contínuo e sem limites que acalentou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos 200 anos. A chamada modernização da agricultura, metaforizada pela expressão *agrobusiness*, contribuiu para a degradação do ambiente, para o uso indiscriminado de adubos, defensivos e antibióticos agrícolas, além da diminuição da mão-de-obra e da superfície cultivada (ARAÚJO, 2000). Para melhor compreender a questão da modernização da agricultura brasileira, Elesbão (2000) explica que a Política Agrícola no Brasil, principalmente através da Política de Crédito Rural, foi direcionada a atender médios e grandes produtores, privilegiando as culturas de exportação em detrimento das culturas domésticas.

É importante pontuar que, ao se fazer um retrospecto histórico, a modernidade e sua ideologia do progresso, atribuem a cidade, tanto para os cidadãos como para os rurícolas, uma representação de liberdade, de desenvolvimento; um lugar que possibilita o pluralismo e uma grande variedade de estilo de vida, enquanto o meio rural fomenta o tradicionalismo, o

conservadorismo e a ignorância (FROEHLICH, 2000). Na atualidade, em tempos nos quais a sustentabilidade torna-se pauta indispensável de inúmeras discussões, tanto no campo do Estado, da sociedade civil como das empresas, o retorno à valorização do rural, se mostra como uma alternativa para a minimização de diversos problemas urbanos, como é o caso da violência e do desemprego, estimulados muitas vezes pelo êxodo rural. Assim, é no anseio da sustentabilidade, sobretudo da dimensão espacial, explicada por Sachs, que está centrada a problematização do rural/ urbano. Neste cenário, Entrena Durán (1998) menciona que muitos urbanos tratam de encontrar no rural contextos sócio-espaciais abarcáveis e idôneos para a realização de sua identidade individual e coletiva em um mundo cada vez mais globalizado e imprevisível.

5. A experiência de turismo rural no município de Lages – SC

O Turismo Rural organizado como atividade econômica inicia-se no cenário nacional em Lages – Santa Catarina, na Fazenda Pedras Brancas, em 1984, a qual se propôs a acolher visitantes para passar “um dia no campo”. Na ocasião, foi constituída uma Comissão Municipal de Turismo que apoiou o estudo sobre a procura potencial do Turismo Rural, o qual sustentou o lançamento de um projeto piloto na oferta turística brasileira. A criação do Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo Rural, integrado no âmbito da Política Nacional do Turismo 1996-1999 fomentou o desenvolvimento de diversas localidades abrangendo outros estados brasileiros (SIRGADO, 2001). O começo do turismo rural em Lages se dá em paralelo com o início da criação da Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S.A, órgão oficial de turismo do município lageano criada com a finalidade de implantar ações para desenvolver esta atividade. (TULIK, 2003).

Além da pioneira Fazenda Pedras Brancas juntaram-se outras da mesma região serrana, tais como: Barreiro, Asa Verde, Ciclone, do Boqueirão e Refúgio do Lago. Algumas características de fazendas e hotéis-fazendas são: empresa familiar, com a presença do proprietário, gastronomia típica e outras manifestações culturais de caráter local e regional, além da associação entre hospedagem e a participação do turista nas atividades rotineiras da propriedade (TULIK, 2003). Inclusive está surgindo empreendimentos sem serem necessariamente originados de famílias tradicionalmente rurais, exemplo o SENAC.

A estratégia de desenvolvimento turístico adotada por Lages coaduna com algumas das perspectivas do turismo rural europeu. Uma das características mais evidente entre estas duas realidades comparadas foi o fomento de políticas públicas do Estado no setor do turismo.

O lançamento do produto turístico rural lageano obteve boa aceitação e pleno êxito no meio turístico envolvendo a estrutura de uma fazenda e a sua dinâmica diária, onde é atualmente reconhecido nacionalmente. Outros importantes atrativos da localidade são as matas, rios, cascatas, o clima agradável e o inverno com temperatura de até 3° negativos incluindo quedas de geadas e neve. Dentro do esquema de recepção e hospedagem aos convidados, os meios de hospedagem costumam oferecer as seguintes atrações: lidas campeiras, domas, manejo de animais, ordenha, castração, vacinação, tosquia, cavalgadas, passeios ecológicos, pesca, sapecada do pinhão junto ao pinheiro (araucária), roda de chimarrão ao pé de fogo de chão com pinhão cozido e assado na cinza do fogo, muitos causos e prosas. (PORTAL LAGEANO, 2008).

6. Turismo Comunitário e suas interações com formas de agricultura mais sustentáveis

Ao se pensar no desenvolvimento sustentável observa-se que é a crítica que propicia reflexões e construções de novas práticas. Valendo-se desta premissa, Florit (2004 p. 99) diz: “é a partir da crítica a agricultura moderna que outras práticas na produção de alimentos têm emergido como alternativas”.

O turismo como fenômeno tem passado por um processo semelhante, isto é, com base na crítica do turismo convencional, aquele chamado muitas vezes de turismo de sol e praia com tendência a massificação, é que outras formas de turismo aparecem como uma alternativa. Estas alternativas têm como característica principal uma diferenciação da lógica do mercado, sendo marcada por um alto grau de respeito pela natureza e pelas comunidades locais. Em qualquer uma das modalidades do turismo, seja de sol e praia, turismo de natureza, ou turismo rural, sabe-se muito bem que o turismo usa e se apropria da natureza, no qual gera impactos negativos aos princípios do desenvolvimento sustentável (CORIOLANO e LIMA, 2003).

Para Coriolano e Lima (2003), turismo e meio ambiente são duas realidades inseparáveis. Porque para vivenciar o turismo, é preciso que o denominado turista se desloque e entre em contato com o território turístico. No mundo moderno, o turismo é divulgado na mídia sob o discurso de amigo da natureza, contudo, sabe-se que o fenômeno turístico é uma atividade de caráter contraditório, sobretudo quando é pensado e planejado a partir da lógica capitalista-consumista. Quando se tenta construir uma crítica ao fenômeno turismo, geralmente se tem como ponto de partida os impactos que esta atividade produtiva gera no meio ambiente e nas comunidades de entorno.

No entanto, existem na atualidade alguns esforços por tentar mudar o caminho que vem seguindo o desenvolvimento do turismo. Neste contexto desponta-se o turismo comunitário e solidário ou turismo de base comunitária. Diferentemente das novas modalidades de turismo que surgem no espaço rural, o turismo comunitário e solidário não tem como inspiração motivadora a lógica do mercado, contudo não a nega, sem, no entanto, glorificá-la (CORIOLANO e SAMPAIO, 2008).

Turismo de base comunitária é aquele que tenta contribuir com aquelas comunidades geralmente esquecidas pelo modelo atual de desenvolvimento (HENRIQUEZ, 2007), isto é, comunidades tradicionais descaracterizadas nos seus diferentes graus, e que apresentam desvantagens históricas pela lógica do mercado. O turismo comunitário e solidário surge a partir da reflexão de tipologias de turismo conhecidas como turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, que *a priori* se mostram mais de vanguarda, todavia, algumas vezes, estas modalidades são apropriadas pela lógica utilitarista: privatizam-se lucros de curto prazo e socializam-se prejuízos socioambientais de médio e de longo prazo (SAMPAIO, CORIOLANO, CEBÉRIO, ZECHNER e HENRIQUEZ, 2008).

O turismo comunitário apóia-se em três conceitos chaves. O primeiro é conceito de comunidade e o segundo de convivencialidade. A palavra comunidade etimologicamente se apresenta como algo positivo. De acordo com Bauman (2003), a palavra comunidade apresenta socialmente uma conotação boa, pois a mesma é percebida como um lugar cálido, confortável e aconchegante. É um conceito que nos remete segurança. Fora da comunidade existem muitos perigos. Parece que numa comunidade se é possível encontrar a boa vontade entre as pessoas.

O conceito de convivencialidade pode ser entendido como uma relação social que há interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando os modos de vida das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros. Neste limiar, a relação estabelecida entre visitantes e visitados supera a mera relação de negócio. Possibilita resgatar e reconstruir a interconectividade entre modos de vida distintos, os quais conjugam tipos de conhecimento, formal com tradicional, e culturas, ocidentalizadas com tradicionais (ILLICH, 1976; IRVING e AZEVEDO, 2002; CORIOLANO e LIMA, 2003; SAMPAIO 2004, 2005; SAMPAIO *et al.*, 2008). Ademais, a convivencialidade potencializa espaços produtivos não economicistas de ganho coletivo e que podem ser chamados de ecossocioeconômicos, como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas solidárias, as plataformas de comércio justo e o incentivo para o desenvolvimento de uma agricultura sem agrotóxicos.

Finalmente, o terceiro conceito é a cotidianidade. Este conceito considera aspectos fundamentais das populações como é o uso do tempo e do espaço, as formas de organização do trabalho, o consumo de bens materiais e simbólicos, as formas e os meios de comunicação e tecnologias adotados por essas populações em sua realidade cotidiana, enfim, contempla essas e outras mediações culturais que são importantes para a compreensão das culturas (LIMA, 2004).

O turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes - tomem contato com temas relacionados a conservação de modos de vida tradicionais e com a conservação da natureza.

Neste contexto o turismo comunitário dialoga e se aproxima de outras formas de agricultura não convencionais. A discussão entre pesquisadores e produtores por uma agricultura mais sustentável começa por volta da década dos 80, quando as evidentes degradações ambientais dos solos se fizeram notar e quando a capacidade energética usada na agricultura convencional apresentou-se insuficiente (EHLERS, 2000).

A agricultura não convencional baseia-se na manutenção da fertilidade do solo sem a utilização de aditivos químicos. Para tanto, respeita os tempos e ciclos da terra, isto é, os períodos de plantio, os tempos de descanso, e os tempos de colheita. Cabe apontar que dentre as práticas agrícolas que excluem o uso de agrotóxicos, existem diferentes idéias de natureza e concepções normativas na agricultura, tais como agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura biodinâmica e agricultura natural. Essas tipologias de agricultura não convencional possuem como elemento comum a oposição que fazem a visão mecanicista da agricultura (FLORIT, 2004).

Neste diálogo não mercantilista e não mecanicista da atividade agrícola é que o turismo comunitário se relaciona, dialoga e potencializa outras formas de agricultura, voltadas para essa visão mais sustentável. A seguir se ilustra alguns extratos da experiência de turismo comunitário das comunidades rurais do Sudoeste da Microbacia de Rio Sagrado, Morretes (PR).

Desde o ano 2006 as comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, em parceria com o Instituto LaGOE: Laboratório de Gestão de Organizações que Promovem o Ecodesenvolvimento, a Universidade Regional de Blumenau e mais recentemente a Universidade Federal do Paraná, vêm trabalhando e desenvolvendo uma metodologia de trabalho educativa-participativa, baseada na pesquisa-ação participante, que vem a resultar no que se conhece atualmente como turismo comunitário e solidário.

Trata-se de comunidades rurais com predominância de pluriatividades que buscam mecanismos de adaptação e tentativas de superação de dificuldades socioeconômicas,

baseando-se principalmente na agricultura familiar, na agroindústria artesanal, no artesanato com fibras naturais (principalmente a partir da bananeira e do cipó imbé) e mais recentemente o turismo comunitário e solidário.

O turismo comunitário e solidário vem assumindo, além de ser mais uma atividades socioprodutiva, o papel de tecer um arranjo entre tais atividades, valendo-se de uma associação comunitária de agricultores existente. Os socioprodutores acabam se beneficiando duplamente dos turistas que vêm para conhecer a experiência de turismo comunitário. Primeiro, como prestadores de serviços na realização de vivências nas quais eles próprios reproduzem seus modos de produção e, respectivamente, seus modos de vida. Segundo, comercializando seus produtos nas suas próprias residências ou na cozinha comunitária instalada no território, inclusive, não tendo que se deslocar (podendo ficar ainda com seus filhos) para a entrega em pontos de distribuição e ainda não correndo risco de ter desvantagens na negociação dos produtos junto aos pontos de venda.

Uma das vivências que vem demonstrando mais potencial para o êxito do turismo comunitário são aquelas que acontecem em pequenas propriedades rurais, onde há cultivo orgânico ora para o consumo familiar ora para a fabricação de produtos, tais como artesanato em fibras, cosméticos e gêneros alimentícios.

7. Considerações finais

Turismo, natureza, agricultura são conceitos que embora pareçam diferenciados, é possível afirmar que os mesmos se encontram estreitamente conectados. É por isto que ao se tratar de agroturismo, até pouco tempo atrás, relacionava o conceito de “agro” com o da agricultura moderna, isto é, a que se utiliza de agrotóxicos. Há que se recordar que há predominância de uso de agrotóxicos também na pequena agricultura, não ficando restrita a propriedades de monocultivo, nas quais há maior predominância do turismo rural.

Verifica-se que a atividade turística enfrenta os desafios constantes de estudar e regradar as práticas de descanso e lazer realizadas distantes do espaço rural. Não há dúvidas que este é um reflexo decorrente da ausência de critérios claros diferenciadores de espaços que possam contribuir para o planejamento de uma cidade. Além disso, o fato de que cada localidade, estado ou país pode usar regras diferentes torna o problema mais complexo. No caso brasileiro, há avanços a partir do Estatuto das Cidades, no qual prevê a interação entre zona urbana e rural.

Na atualidade e com aparição e fortalecimento do turismo comunitário e solidário e de outras modalidades turísticas mais próximas da natureza e, por sua vez, distantes de perspectivas modernistas, o diálogo entre turismo, natureza e agricultura estão caminhando juntos na mesma direção, isto é, privilegiando métodos não convencionais e não mecanicistas dos processos produtivos, resgatando a unidade familiar como unidade microeconômica em transição.

A transição para a sustentabilidade, isto é, o caminho para um outro turismo, outra agricultura e, inclusive, um outro desenvolvimento ou até uma outra economia, impõe o estabelecimento de um resgate de um contrato social, entre a sociedade civil organizada, as autoridades públicas em todos os níveis, a iniciativa privada para fins mercantis, se não ainda se privilegiam os modos de vida e de produção típicos do espaço rural, ao menos respeite-os. Pois, a crise socioambiental que se vive hoje não é uma crise do mundo rural, mas sim do mundo urbano-industrial-consumista.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Joaquim Anésio; RIEDL, Mário. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru (SP): EDUSC, 2000.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. *ABC do turismo rural*. Viçosa : Aprenda Fácil, 2000. 137p.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALS J. CAPELLÀ J. VAQUÉ E.. *El turismo em el desarrollo rural en Españã*. Madrid. Ministério da Agricultura, 1995.

CAMPOROLA, Clayton; SILVA, José Graziano. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n.1, p. 11-40, jan./abr., 2000.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz Cruz (org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T., SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo comunitário e solidário. IN: X Seminário Internacional de Turismo. *Anais ...*, Curitiba, 2008.

DURÁN, Entrena F.. *Cambios en la construcción social de lo rural*. Madrid: Tecnos, 1998.

ELESBÃO, Ivo. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC. In. ALMEIDA, Joaquim Anésio; RIEDL, Mario (Org). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP; EDUSC, 2000.

EHELERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origem e perspectivas de um novo paradigma turismo no meio rural*. Fatima Tropic .2.ed. - Belo Horizonte : Autentica, 2000.

FLORIT, Luciano. *A reinversão social do natural*. Edifurb. 2004.

FROEHLICH, José Marcos. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (críticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o “desenvolvimento”. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

HENRIQUEZ, C. Turismo de base comunitaria y avistamiento de flora y fauna marina, una propuesta de ecodesarrollo ambientalmente correcta, socialmente más justa y económicamente viable. TCC do curso Administración de Empresas Turísticas. Universidad Austral de Chile. 2007.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Europa-América, 1976.

IRVING, M. e AZEVEDO, J.. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

LIMA, Conceição M. D de. O imaginário sobre o trabalho e suas representações no cotidiano dos comerciantes do mercado público em Pernambuco. *Ciências & Cognição*; Ano 01, v. 3, p. 10-20. 2004. Disponível em www.cienciasecognicao.org. Acesso 28/05/09.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PORTAL LAGEANO. Disponível em <http://www.portallageano.com.br/>. Acesso em 30 de setembro de 2008.

RADWANSKI, Elvira Maria. *A pluriatividade do mundo rural como alternativa de sustentabilidade: a proposta do projeto “valorizar o artesanal” no município de Guaramirim (SC)*. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional), Universidade Regional de Blumenau, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. El turismo como fenómeno histórico. *Estudios y Perspectivas del Turismo*, v.13, p. 290 - 300, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, CORIOLANO, Luzia Neide M. T., LEÓN, Iñaki Ceberio de, HENRÍQUEZ, Christian, ZECHENER, T. C.. Alternativas para pensar el concepto de turismo partiendo de una mirada de desarrollo que privilegia comunidades tradicionales: experiencias brasileñas, chilenas y costarricense. IN: III ENCUESTRO DE ESTUDIOS SOBRE AMÉRICA LATINA. *Anales ...*, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2008.

SIRGADO, José Rafael. Espaço turístico e desenvolvimento no cone leste paulista. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). *Turismo Rural*. São Paulo: Contexto, 2001.

TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Auores Associados, 1992.

VEIGA, José Eli. *A face rural do desenvolvimento*. Editora UFRGS, Porto Alegre. 2000.